JOÃO BATISTA ALVES DE SOUZA

OS TERRITÓRIOS ALTERNATIVOS NO MATO GROSSO DO SUL:

A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS

Glória de Dourados - MS

2007

JOÃO BATISTA ALVES DE SOUZA

OS TERRITÓRIOS ALTERNATIVOS NO MATO GROSSO DO SUL:

A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS

Monografia apresentada ao Curso de Geografia – Licenciatura, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção de certificado de conclusão de curso, sob orientação da Prof. Msc. Silvana Lucato Moretti

Orientadora: Silvana Lucato Moretti

Glória de Dourados - MS

2007

S715t Souza, João Batista Alves de

Os territórios alternativos em Mato Grosso do Sul: a produção agroecológica no território da Grande Dourados. Glória de Dourados, MS: UEMS, 2007

52p. ; 30 cm

Bibliografia

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Curso de Geografia. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Glória de Dourados, 2007

Orientadora: Profª Msc. Silvana Aparecida Lucato Moretti

1. Território 2. Ambiente 3. Agroecologia I. Título

CDD 20.ed. – 577.55

OS TERRITÓRIOS ALTERNATIVOS NO MATO GROSSO DO SUL: A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS

Banca Examinadora.

_____

Profª . Msc. Silvana Lucato Moretti.(UEMS) Orientadora

_____

Prof. Msc. Roni Mayer Lomba (UEMS) - Examinador

_____

Prof. Dr. Marcos Kazuo Matushima (UEMS) - Examinador

Glória de Dourados – MS

2007

O mundo meu é pequeno, Senhor.
Tem um rio e um pouco de árvores.
Nossa casa foi feita de costas para o rio.
Formigas recortam roseiras da avó.
Nos fundos do quintal há um menino e suas latas maravilhosas.
Todas as coisas deste lugar já estão comprometidas com aves.
Aqui, se o horizonte enrubesce um pouco, os besouros pensam que estão no incêndio.
Quando o rio está começando um peixe,
Ele me coisa
Ele me rã
Ele me árvore.
De tarde um velho tocará sua flauta para inverter os ocasos.

Manoel de Barros

Aos meus pais,

Maria Martins de Souza

In memorian Crispiniano Alves de Souza

Meus irmãos;

Afonso Marcos, Antônio Jorge,

Maria Aparecida e minha querida

Sobrinha Daniele.

AGRADECIMENTOS

À Professora Msc. Silvana Lucato, pela prestimosa orientação, paciência e amizade conquistada durante a realização deste trabalho.

Aos membros da APOMS (Associação dos Produtores de Produtos Orgânicos), pela contribuição e informações, por me receberem gentilmente em especial os Sr. Dirco, Paulino e Olácio por abrirem, as “porteiras” de suas propriedades para a realização das visitas técnicas.

Aos amigos Wendel, Leonardo, José, Leila, Martinha e Robson, por toda a ajuda prestada e paciência em ouvir minhas ansiedades.

A equipe do SEBRAE – Dourados pela contribuição durante a pesquisa.

Aos professores Dr. Marcos Kazuo Matushima e Prof. Msc Roni Lomba pelas ricas contribuições intelectuais a este trabalho.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	6
1	CAPÍTULO 1	
	O CONTEXTO DA PRODUÇÃO NA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA: BREVE RELATO	8
1.1	A produção agroecológica inserida no território da Grande Dourados- Mato Grosso do Sul	12
1.2	Agroecologia	21
1.3	Os orgânicos no Brasil e no mundo	22
1.3.1	O cultivo dos orgânicos no mundo	22
1.3.2	O cultivo dos orgânicos no Brasil	23
2.	CAPÍTULO 2 A PROPRIEDADE AGROECOLÓGICA E SEUS DESAFIOS	25
2.1	A conversão ou transição das propriedades	29
2.2	Marcos legais da agricultura orgânica	32
2.3	Agricultura orgânica	33
2.4	Certificação dos orgânicos: garantia de qualidade	34
2.5	Produção orgânica x produto orgânico	37
2.6	O alimento orgânico	38
2.7	O consumidor orgânico	39
3	CAPÍTULO 3	
	BREVE HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE MATO GROSSO DO SUL (APOMS)	42
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	BIBLIOGRÁFIA	47

Lista de símbolos e abreviações

ABIO – Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro

AEASP – Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo

AGRAER – Agência de desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

APOMS –Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul

CNPOrg – Comitê Nacional de Produtos Orgânicos

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations

IAGRO – Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul

IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements

IN -Instrução Normativa

IOAS – International Organic Accreditation Service

MA – Ministério da Agricultura

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MS – Mato Grosso do Sul

OMS – Organização Mundial da Saúde

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Assistência Gerencial às Pequenas e Médias Empresas

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

USDA – United State Department of Agriculture

RESUMO

Esse trabalho de pesquisa propõe discutir a complexidade sócio-ambiental existente na atualidade no que se refere a questão ambiental, o viés proposto para esta análise são as pequenas propriedades rurais que produzem produtos orgânicos, como um forma alternativa da produção agrícola local, porém observa-se uma certa preocupação de preservação ambiental, o uso deste discurso apresenta como idôneo ao processo do capital, desta forma esta produção não estará desvinculada do processo capitalista, que vem se modificando principalmente a partir a crise mundial do capitalismo no final do século XX . Apresenta-se como processo alternativo de produção, mas apesar das mudanças, com o capitalismo, não se trata de um novo padrão de poder e sim de uma nova roupagem deste sistema de capital, e nesta perspectiva, que pretendemos analisar a produção orgânica. O município de Glória de Dourados, situado na porção sul do Estado do Mato Grosso do Sul, pertencendo a determinação do próprio Estado de regionalizar, como Grande Dourados. Logo a teoria de produção orgânica estará ligada aos seguintes objetos: na recuperação e manutenção do equilíbrio do solo e sua conservação, adaptação do ecossistema cultivado ao ambiente e a manutenção de um nível elevado e sustentável de produtividade do ecossistema cultivado. Considerando as condições ambientais do ecossistema cultivado, que são sempre especificas e acima de tudo valorizando e utilizando do censo de observação do agricultor, devendo deixar calar a ação participativa da sociedade que são os consumidores no processo da produção.

Palavras – chave: Território, Ambiente, Agroecologia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma discussão sobre a temática da agroecologia dentro de um contexto territorial. O termo agroecologia é recente, embora se tornou uma prática bastante abrangente e complexa. Muitos pesquisadores e poucos geógrafos interessam-se pelo tema. Entendemos o termo agroecologia na forma de um processo alternativo de produção agrícola. A questão do território também é abordada neste trabalho, como uma forma de se apresentar o problema que envolve as questões sócio-ambientais.

Para melhor compreensão deste processo, procuramos levantar a história da ocupação e configuração do território da Grande Dourados, para enfim, relatar o contexto agroecológico do município. Através do trabalho de campo nas propriedades em contato com os agricultores integrantes da associação foi possível identificar as dificuldades e desafios da produção orgânica.

Segundo a APOMS (Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul), no município de Glória de Dourados existem 12 propriedades agroecológicas, sendo que a pesquisa abordou 3 dessas propriedades : na propriedade A encontramos o processo de transição e conversão de uma propriedade convencional para uma propriedade agroecológica. Na propriedade B temos a diversificação de produção convencional e agroecológica, na propriedade C se configura uma tendência de uma produção totalmente agroecológica.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é realizar um estudo que aponte as maiores dificuldades na produção orgânica no território da Grande Dourados sobre uma perspectiva das pequenas propriedades que compõem a APOMS.

Foram três os objetivos específicos deste trabalho:

a) Analisar o processo de ocupação e colonização do sul de Mato Grosso através da Companhia Matte Larangeira e a CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados).
b) Apresentar os marcos legais da agricultura orgânica, seu processo de certificação e comercialização.

c) Compreender as relações sócio-ambientais das pequenas propriedades agroecológicas do município de Glória de Dourados.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, se fez necessário seguir os seguintes procedimentos metodológicos:

- Revisão bibliográfica sobre as temáticas analisadas, com destaque para obras sobre a área de estudo.

- Coleta de dados disponíveis junto aos órgãos públicos (EMBRAPA, AGRAER, SEBRAE, APOMS).

- Entrevistas dirigidas aos produtores membros da APOMS.

- Participação de reuniões, seminários e viagens técnicas com os produtores.

Para entendermos este processo territorial, recortamos a porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, especificamente o Território da Grande Dourados,onde encontramos uma realidade diferenciada do resto do estado, pois temos a predominância de pequenas propriedades agrícolas. Assim dividimos o trabalho da seguinte forma: na primeira parte faremos um estudo da relação sociedade e natureza, a partir dessa temática partiremos para um segundo contexto, uma análise sobre a configuração do território da Grande Dourados e a produção orgânica inserida neste espaço. Será realizada uma discussão sobre o processo de território dentro do contexto do Ministério de Desenvolvimento Agrário e a idéia da agroecologia, procurando compreender os desafios do processo agroecológico no Brasil e no mundo através de uma pesquisa realizada no município de Glória de Dourados-MS.

CAPÍTULO 1

1. O CONTEXTO DA PRODUÇÃO NA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA: BREVE RELATO

Quando ouvimos falar no termo natureza, logo pensamos em ambiente, pois nos remete a natureza intocável, onde todos elementos se integraram, isso é uma visão romântica da terminologia da natureza, porém no meio acadêmico essas termologias tem lugares separados, essa complexidade entre os leigos e a meios de comunicação, em geral que não aprofunda e nem distinguem os termos. Para Dulley (2004) no seu trabalho, busca resgatar as idéias sobre natureza trabalhando a idéia de Lenoble (1969)... não existe uma natureza em si, mas apenas uma natureza pensada, encontramos uma idéia de natureza que toma sentido dependendo da época e dos homens.

Durante os primórdios da sociedade no planeta teve inicio uma relação que envolve o homem e a natureza, essa relação passou por varias transformações, mudanças e renovações, conforme seu período. Sabemos que o surgimento do homem é algo muito recente na história do planeta, mas suas interferências são significantes nas transformações e mudanças ocorridas na terra.

> ... é licito afirmar que a história da natureza é também a história dos próprios homens, já que estes não se relacionam com a natureza ou a conhecem de uma maneira abstrata e genérica, mas segundo necessidades impostas pelo relacionamento que mantém entre si.(CARVALHO, 2003, p.22)

O homem primitivo passa a ter uma relação com a natureza na qual ela funcionava como fornecedora de alimentos, os principais grupos nômades viviam da coleta principalmente, e com o passar dos anos desenvolveram habilidades para a caça e a pesca surgindo assim as primeiras interferências humanas sobre a natureza. Mas nesse período o homem primitivo não fazia a diferenciação entre o mundo natural e o mundo social, pois ele se sentia como parte da natureza.

> ... entre os seres que habitavam esse universo, as diferenças existentes não eram suficientes para colocá-los em "mundos" distintos, tal como fazemos hoje: de um lado, o mundo natural, de outro o social, cada um com sua própria alteridade. (CARVALHO, 2003, p.25)

Nesse contexto não havia desigualdades sociais e tão pouco diferença entre homem e natureza, pois os dois se faziam por complexo e assim conviviam, nesse período natureza era algo a ser domestica , pois até então homens e natureza constituam uma mesma diegese, ou seja configuravam a mesma história.

Mas com o poder de alguns grupo sociais em relação a outros grupos aparece como forma de dominação, eram capazes de controlarem os outros grupos havendo assim os primeiros agrupamentos, distribuição de afazeres formando assim os princípios da sociedade, a partir dessa organização passaram a ser socialmente desiguais, passando a ter uma relação mais direta com a natureza, pois tinha no trabalho a sustentabilidade do grupo e servir aos seus lideres, não bastava apenas a coleta de alimentos, a caça e a pesca era fundamental, neste período os homens já se organizavam em um processo rudimentar.

Com o surgimento da sociedade dividida em classes trabalho com a natureza o homem começa a sintetizar ou conceituar a natureza e sociedade como coisas distintas. Segundo Carvalho.

> ... no chamado mundo primitivo não havia um lugar específico para a natureza e outro para os homens, pois todos faziam parte de uma mesma trama social e espacial, o mesmo não pode se dizer de uma sociedade de classes. (CARVALHO, 2003, p.29)

Ainda nessa linha evolutiva da relação sociedade natureza sobre o domínio do clero em plena idade média a igreja teve o seu papel de retrocesso, ela substituiu o livro da natureza dos gregos pelo sagrado livro das escrituras, tudo passou a ser obra da graça divina pela teoria da criação.

> "... Toda idéia de natureza pressupõe, com efeito, uma complexa aliança de elementos científicos, (o que são as coisas?) morais, (que atitude deve tomar o homem perante o mundo?) religioso (a natureza é o todo ou é a obra de Deus?)". (LENOBLE,1969, apud, DULLEY, 2004, p. 16,)

Com o avanço da sociedade de classes e o fim da sociedade medieval surge a compreensão das “novas naturezas” que se apresentam na medida em que as novas relações entre homem e natureza se reproduzem, nesse contexto merece destaque o renascimento das cidades e desenvolvimento das manufaturas as grandes navegações e a conquista do novo mundo (novo continente).

Nessa relação entre sociedade e natureza os conquistadores europeus se depararam com um verdadeiro “mundo natural” desprovido de qualquer recurso e interferência humana, pois os indígenas que aqui habitavam estavam no estágio da “não natureza”, ou seja, não se dissociavam dos recursos naturais das matas, flora e fauna. Se seguirmos alguns séculos adiante encontraremos uma nova relação e dessa vez ao contrário das outras, a natureza passa por uma transição “da mãe terra ao mundo máquina”. Lenoble, 1969, apud Dulley, 2004, destaca que a natureza é um a máquina e que a ciência e a técnica de exploração desta máquina.

Para Carvalho (2003) a natureza deixou de ser a mãe nutriente e passou a ser uma máquina que se opera e se manipula, e a cada período evolutivo ela será caracterizada e terá uma nova concepção.

Aproveitando essa linha de pensamento a sociedade burguesa da época defendia a teoria da seleção natural para justificar as leis de mercado, portanto para os homens viverem numa sociedade de mercado somente os melhores neste caso os capitalistas se dariam bem já os piores ou os marginalizados seriam dizimados.

Como sugere Silva (2001) do ponto de vista dialético, a vida da terra tudo é natureza, desde os microorganismos nos ecossistemas naturais até as formas mais sofisticadas de computadores; do raio de sol ao raio “laser” tudo se converte em natureza, portanto apesar da evolução humana ao longo dos últimos 100 mil anos o arranjo do trabalho e as transformações tecnológicas existem apenas uma fonte para toda essa relação, a natureza. Neste ponto a que chegamos devemos estar perguntando O que é natureza? Para responder a esses questionamentos nos remetemos a Carvalho:

> Somente a própria natureza teria condições de nos tirar deste impasse, desde que ela mesma nos respondesse quem é: se é a “não natureza” dos primitivos, se é a “natureza orgânica” dos gregos, se é a “natureza sobrenatural” da igreja, se é a “máquina

> inteligente" do mundo moderno, ou se é nada disso, então o que é? (CARVALHO, 2003, p.61.)

Se esta explicativa, não nos convencer de que seja realmente a natureza SILVA nos ajudara a amadurecer a idéia de que não há um paradoxo entre sociedade e natureza e tão pouco entre homem e natureza.

> No homem reside a dupla determinação do natural e do social, do individuo natureza e da pessoa natureza. O motor da história é movido pela natureza pensante universal que produz desde objetivos mais simples, aos mais requisitados, ao mesmo tempo em que produz sua vida e sua história. (SILVA, 1991p.36.)

Assim a relação (homem) sociedade x natureza poderá ser decifrada de maneira mais homogênea, pois o homem é a própria natureza e suas ações, transformações e modificações são agentes da própria natureza. Ainda perseguindo este paralelo entre sociedade x natureza teremos a seguinte formulação:

> ... no espaço produzido em eu o social-natureza e a natureza-social se entrelaçam. A natureza física e humana se recriando e a natureza social se reproduzindo, uma interferindo na outra com sutilidade ou não..(SANTOS, 2004, p 164.)

Sobre essa dinâmica sociedade x natureza tanto Silva (1991), Lenoble (1969), Carvalho (2003) e Dulley (2004) nos chama a atenção para o fato de que a Natureza se admite que ela exista independentemente da existência humana, portanto é considerável a idéia de que o homem é um dos elementos naturais e por sua vez na sociedade atual transformou-se num agente inimigo da natureza da qual pertence, em outras palavras poderíamos utilizar a exemplificação de um corpo humano que desenvolve células cancerígenas que aos poucos irá dissolve-los sem uma autodestruição do organismo, ou seja, o câncer aqui representado pelo homem esta destruindo as "defesas orgânicas" da sua própria sobrevivência, e a cada ano que passa os resultados são consideráveis, mesmos se considerarmos as ações da natureza como vulcões, terremotos nada são comparados com a transformação do planeta pela atividade antrópica (humana).

A esse respeito, ou seja, em relação à natureza e sua relação com a sociedade é conveniente citar Milton Santos que nos apresenta a natureza como paradigma:

> (...) A natureza pode ser definida como o conjunto de todas as coisas existentes, ou, em outras palavras a realidade de sua totalidade. (...) A natureza se encontra em estado de movimento permanente e cada um dos seus momentos é fugaz. (SANTOS, 2004, p32.)

Mais adiante o autor explica que é praticamente difícil, tal definição, pois a natureza esta em constante modificação e já sabemos que ela ocupou várias termologias até chegar no mundo moderno, do qual ela é comercializada como o ultimo produto a ser alcançado.

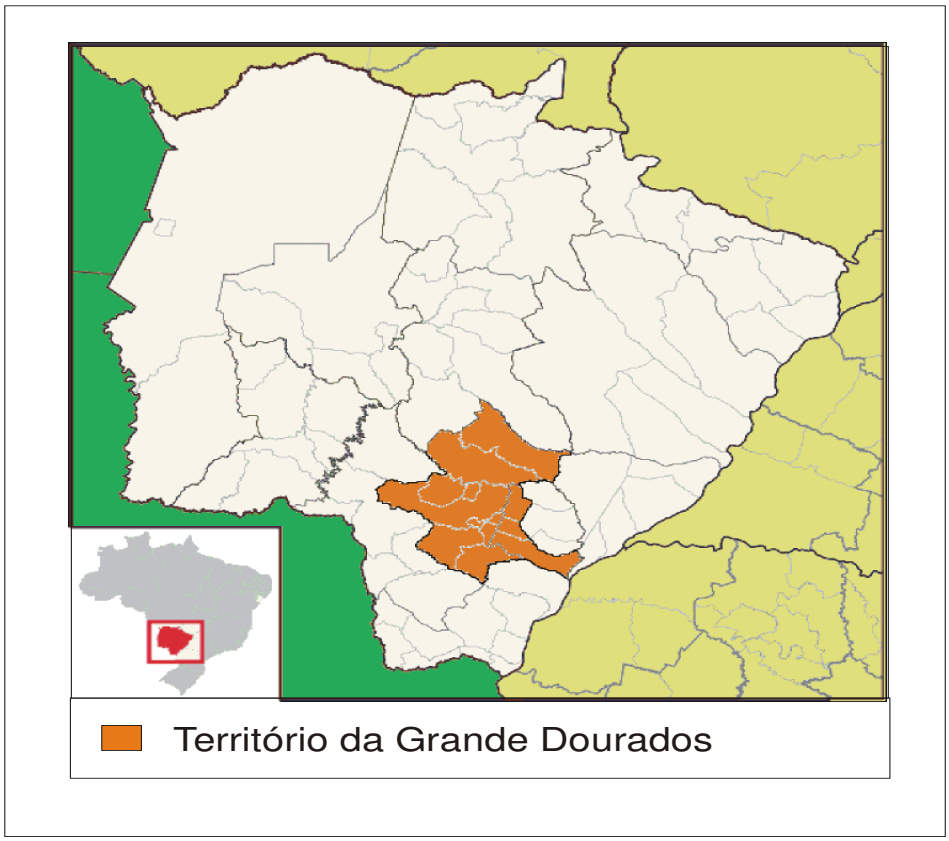
Sabemos que é comum a busca pelo verde, e os atrativos naturais tomam conta do comercio em geral o "natural" tomou espaço no mercado, mas de forma excludente, pois sabemos muito bem quem irá consumir este tipo de produto. Ainda nesse contexto Dulley (2004) nos chama atenção para o fato de que se admitem que a natureza existe independentemente da existência humana.

1.1 - A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INSERIDA NO TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS- MATO GROSSO DO SUL

Esse trabalho de pesquisa propõe discutir a complexidade sócio-ambiental existente na atualidade no que se refere a questão ambiental, o viés proposto para esta análise são as pequenas propriedades rurais que produzem produtos orgânicos, como um forma alternativa da produção agrícola local, porém observa-se uma certa preocupação de preservação ambiental, o uso deste discurso apresenta como idôneo ao processo do capital, desta forma esta produção não estará desvinculada do processo capitalista, que vem se modificando principalmente a partir a crise mundial no final do século XX. Apresenta-se como processo alternativo de produção, mas apesar das mudanças, com o capitalismo, não se trata de um novo padrão de poder e sim de uma nova roupagem deste sistema de capital, e nesta perspectiva, que pretendemos analisar a produção orgânica.

O município de Glória de Dourados, situado na porção sul do Estado do Mato Grosso do Sul, através de políticas públicas o estado de regionalizar o Território da Grande Dourados, segundo a Secretária de Planejamento do Estado – SEPLAM – O Território da Grande Dourados, criado em 2003, é composto por 12 municípios: Dourados, Glória de Dourados, Douradina, Fátima do Sul, Vicentina, Rio Brilhante, Caarapó, Juti, Jateí, Itaporã, Deodápolis e Nova Alvorada do Sul (figura 01). Esse último município passou a integrar o território em 2006. Além desse território, o Mato Grosso do Sul possui outros três: Cone Sul, Vale do Ivinhema e Serra de Maracaju (antigo território da Reforma).Já a região da Grande Dourados é mais abrangente e experimentou o rápido crescimento econômico alicerçado na exploração de grandes lavouras, basicamente de soja e milho, e na exploração da pecuária de corte e de leite, no qual Glória de Dourados se insere.

Figura 01- Território da Grande Dourados.



Fonte: http://www.wikipedia.org/wiki/imagem:matogrossodosul

Organização: João Batista Alves de Souza

A ocupação territorial dessa região passou por diferentes fases no que se refere a sua produção e organização espacial, a principio à área tinha o predomínio de população indígena posteriormente as primeiras atividades econômicas nesse espaço esteviram dominada pela Companhia Matte larangeira (1880/1940) que exerceu um verdadeiro domínio sobre o território.

Figura 02 - Área de abrangência da Companhia Matte Larangeira

Fonte: http://www.wikipedia.org/wiki/imagem:matogrossodosul

Organização: João Batista Alves de Souza

Sobre o comando de Thomas Larangeira a Companhia explorava os ervais situados no sul de Mato Grosso, através do Decreto N.8799 (1882), que deu o direto da companhia de explorar as terras devolutas desta porção do Estado. Thomaz ampliou sua área de abrangência, explorando os ervais entre o Rio Paraná e a fronteira com o Paraguai atingindo as margens direita dos Rios Ivinhema, Brilhante e Rio Dourado até o extremo sul do Rio Amambaí. A empresa girava no sistema de extrativismo no qual eram executadas as suas próprias leis nessa região. A

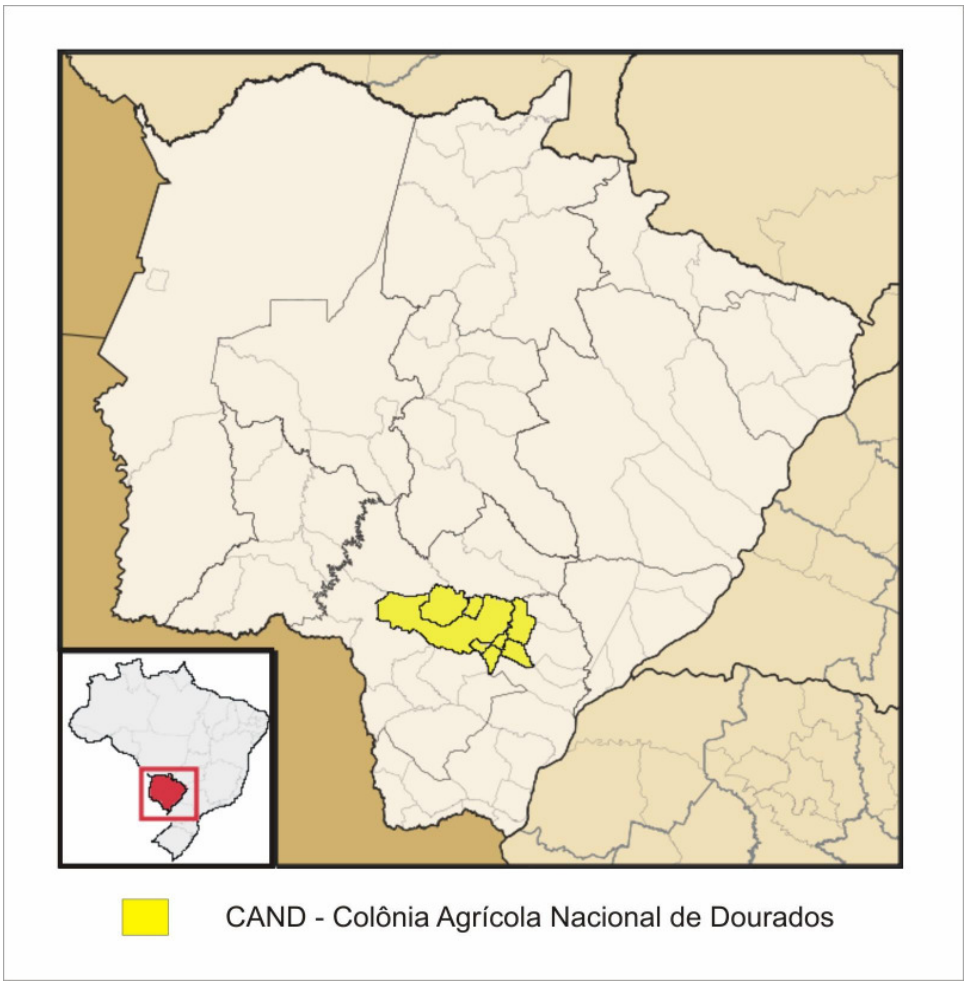
companhia passou a organizar o espaço da região sul do Mato Grosso visando atender suas necessidades de extrativismo para a bacia do Prata.

> ...a autoridade pública perde para a Companhia a capacidade de autorizar a instalação de pessoas sobre as terras devolutas. A empresa conquista o poder de policia e vigilância sobre todas as terras do contrato. Passa a contar também com a possibilidade de "legislar" ou "conceder" direitos a terceiros. (ARRUDA, 1997 p.35)

Nesse espaço se configurou uma nova territorialidade, através das ações da Companhia que transformou o sul de Mato Grosso. No governo de Getúlio Vargas, através do Estado Novo 1937/1945, ele obteve o controle da região implantando um projeto de colonização, Vargas constituiu as colônias agrícolas nacionais através do decreto lei 3059 de 14 de fevereiro de 1941. Assim foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados -CAND (figura 03) pelo decreto lei nº. 5941 de 28 de janeiro de 1944, cujos objetivos eram de diminuir o poder da Matte Larangeira e fazer a integração o Centro-Oeste com o restante do País.

A partir deste período a região passa por uma transformação, com migrantes vindos de várias partes do país na chamada Marcha para o Oeste, que chegavam nessa região, onde foram demarcados 300 mil hectares no município de Dourados. Inicialmente a colônia foi dividida em duas zonas sendo que a primeira começou ser ocupada logo no início daquele ano já a segunda zona começou a ser ocupada seis anos depois.

Figura 03 - CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados.



Fonte: http://www.wikipedia.org/wiki/imagem:matogrossodosul

Organização: João Batista Alves de Souza

A partir da década de 1970 insere-se na área de estudo o modelo agrícola denominado de "agricultura moderna/convencional"[1], que tem como alicerce a submissão da agricultura à industria e a conseqüente mecanização. O modelo econômico de ocupação do Centro-Oeste, baseado do binômio da soja e do gado, representou o empobrecimento da biodiversidade, a perda da qualidade do solo, a diminuição da quantidade e da qualidade hídrica e, conjuntamente a esta transformação ambiental que tem como alicerce a submissão da agricultura à

[1] A denominação agricultura moderna gera controvérsias, na realidade o que era denominado de agricultura moderna nos anos de 1960-1970, passou na década de 1990 a ser denominado de agricultura convencional ou agroquímica ou ainda agricultura industrializada, essa mudança ocorreu após o entendimento da problemática ambiental como central para a humanidade, sendo a agricultura moderna entendida como prejudicial ao ambiente.

industria e a conseqüente mecanização, visando o ganho de competitividade pretendendo atingir o mercado internacional, atendendo aos interesses do agronegócio.

As conseqüências sociais deste modelo foram sistematizadas por Arruda:

> Esse padrão agrário moderno, segundo estimativas, expulsou do campo, entre os anos 70 e 80, mais de 29 milhões de camponeses ou pequenos produtores. (...) Dados do IBGE do Mato Grosso do Sul mostram que, entre 1985 e 1996, desapareceram 6.743 estabelecimentos com menos de 100ha e aproximadamente 13.000 famílias foram excluídas do processo produtivo.(...) Em resumo, a modernização da agricultura no Brasil, iniciada a partir dos anos 60, condenou um grande número de agricultores à decadência, forçou grande parte da mão-de-obra rural a favelizar periferias urbanas, e fez dobrar ou triplicar o número de pobres rurais, elevando a níveis insuportáveis a violência, a destruição ambiental e a criminalidade. (ARRUDA 2003,p.214).

Neste aspecto a problemática ambiental, é possível identificar diferentes olhares analíticos, alguns autores entendem a problemática ambiental como uma crise fragmentada, crise que deve ser superada com a correção dos rumos adotados pelo modelo dominante de desenvolvimento, para estes autores as respostas a problemática ambiental provocada pela agricultura esta no avanço tecnológico que permitirá o uso cada vez menor dos elementos da natureza para a produção. A atividade agroecológica aparece neste cenário como uma forma de contribuição com a alternativa de fixação do homem no campo, dentro de um novo conceito da vida do campo, com onde se inclui as novas tecnologias agrícolas e a modernidade da vida urbana. Assim dentro desta perspectivas ocorre a complexidade sócio econômica ambiental.

> Considera-se Agroecologia como ciência ou campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar, cujos ensinamentos pretendem contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional. (ALTIERI, 2002, p 54).

Neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a Agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição para estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável. A partir dos princípios ensinados pela Agroecologia passaria a ser estabelecido um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentável.

As características do sistema de produção orgânica não constitui um retorno do homem ao passado como, por exemplo, utilização do arado de atração animal ou outras atividades rudimentares, este sistema de produção está aberto a incorporação de novas tecnologias desde que contribuam para uma produção em equilíbrio com o ambiente local, pode se colocar que esse sistema , faz com que o homem volte a sua origem e busque na terra e na dinâmica do planeta o equilíbrio ambiental.

A produção agroecológica busca uma alternativa ambiental, dentro dos modos de produção capitalista, porém nem de longe pretende ser a solução da agroindústria, mas é uma saída dos as pequenos produtores em manterem suas famílias fixadas na terra, trabalhando nas pequenas propriedades.

> A título de exemplo, cabe afirmar que não se deve entender como agricultura baseada nos princípios da Agroecologia aquela agricultura que, simplesmente, não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo (CAPORAL, 2006, p.15.)

Apesar dessa complexidade, nesse sistema de produção não são excluídas as técnicas de agricultura moderna, mas deve haver uma adequação ao modo de produção no uso das tecnologias agrícolas para procurar manter um equilíbrio ambiental. Esse sistema de produção não acaba com os problemas existentes no campo, pois o mesmo sofre a incidência de todos os problemas econômicos, sociais e culturais que afetam os sistemas agrícolas vigentes do processo capitalista.

Para Dulley (2002), neste sistema agrário a interface com o ambiente no processo de produção envolvem somente as espécies de interesse para o homem e que acabam muitas vezes por desequilibrar o ambiente. Procurando assim integrar

ao processo de produção a fauna, flora que nasce naturalmente no local não adotando uma postura pré-concebida de destruí-las pura e simplesmente para dar lugar às espécies comerciais. Na agroecologia se estabelecem rigorosas restrições limitações e proibições quanto à utilização de determinados meios de produção. Por outro lado estima-se a utilização intensiva dos mecanismos naturais que buscam uma produção através do equilíbrio ambiental.

Logo a teoria de produção orgânica estará ligada aos seguintes objetos: na recuperação e manutenção do equilíbrio do solo e sua conservação. Adaptação do ecossistema cultivado ao ambiente e a manutenção de um nível elevado e sustentável de produtividade do ecossistema cultivado. Considerando as condições ambientais do ecossistema cultivado, que são sempre especificas e acima de tudo valorizando e utilizando o censo de observação do agricultor, devendo deixar calar a ação participativa da sociedade que são os consumidores no processo da produção.

Continuando as idéias de Dulley (2002) neste sistema agrário a interface com o ambiente no processo de produção envolve não só as espécies de interesse para o homem e desequilibram o ambiente. Procurando assim integrar ao processo de produção a fauna, flora que nasce naturalmente no local não adotando uma postura pré-concebida de destruídas pura e simplesmente para dar lugar às espécies comerciais.

Figura 04 - **Plantio de café agroecológico no Sítio Sta. Cecília – Glória de Dourados MS**

Foto: João Batista Alves de Souza Agosto/2007

Logo a agroecologia estará ligada aos seguintes objetos: na recuperação manutenção do equilíbrio do solo e sua conservação. Adaptação do ecossistema

cultivado ao ambiente e a manutenção de um nível elevado e sustentável de produtividade do ecossistema cultivado. Considerando as condições ambientais do ecossistema cultivado, que são sempre específicas e acima de tudo valorizando e utilizando o censo de observação do agricultor, não devendo deixar calar a ação participativa da sociedade que são os consumidores no processo da produção.

> Se mostra cada vez mais evidente uma profunda confusão no uso do termo Agroecologia, gerando interpretações conceituais que, em muitos casos, prejudicam o entendimento da Agroecologia como ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Não raro, tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, com a adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas e até com a oferta de produtos “limpos” ou ecológicos, em oposição àqueles característicos dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. (CAPORAL, 2006, p. 6)

A complexidade existente na produção orgânica esta constantemente em evolução, portanto se tornando complexa o seu entendimento no processo de produção agrícola.

1.2 - AGROECOLOGIA

É uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas. Embora para alguns seja apenas uma nova disciplina científica, para outros é uma ciência transdisciplinar (aqui entendida como conhecimento além das disciplinas convencionais) em construção, integrando conhecimentos de Agronomia, Ecologia, Economia e Sociologia.

> Agroecologia tem sido reafirmada como uma ciência ou disciplina científica, ou seja, um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que nos permitem estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas. Os agroecossistemas são considerados como unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas em prol do desenvolvimento rural

> sustentável. São nestas unidades geográficas e socioculturais que ocorrem os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas, constituindo o lócus onde se pode buscar uma análise sistêmica e holística do conjunto destas relações e transformações. (ALTIERI,1989, p. 54)

Segundo Silva (1991) a terra é um bem raro, não reprodutível não extensível só renovável. Durante todo esse período a região da Grande Dourados passou por inúmeras transformações e com a vinda dos granjeiros gaúchos contribuíram para um novo ciclo econômico, já que estes possuíam técnicas agrícolas avançadas para a mecanização do solo, assim conseguiram expandir a agricultura principalmente a de soja.

Porém nesse contexto há alguns agricultores que resistem ao agronegócio e tentam resgatar o antigo modo da agricultura familiar voltada ao sistema tradicionais de produção , no qual se valoriza a produção orgânica que é o objeto de investigação dessa pesquisa.

1.3 - OS ORGÂNICOS NO BRASIL E NO MUNDO

1.3.1 - O COMÉRCIO DOS ORGÂNICOS NO MUNDO

Segundo dados do Instituto Biodinâmico na Europa o desenvolvimento da agricultura orgânica e do consumo de produtos sem agrotóxico cresce a passos largos. Em 1998, a Inglaterra já tinha 275 mil hectares dedicados à produção orgânica. Apesar da extensa área, a produção ainda é insuficiente para atender a demanda dos consumidores, fato que faz com que 70% dos alimentos orgânicos sejam importados.

O Japão hoje é considerado um dos maiores mercados mundiais para produtos orgânicos. Devido à pequena dimensão territorial, a produção orgânica própria é pequena, principalmente se comparada à variedade e volume de produtos que importam, como cereais, legumes, frutas frescas, carne bovina, frango, queijo, entre outros.

Dados do mesmo instituto apontam que nos últimos anos a França assistiu um aumento de 28% no número de unidades para produção orgânica e de 16% na área certificada para a agricultura sem agrotóxicos. O país obteve destaque devido

ao aumento significativo de algumas produções animais na linha orgânica, sobretudo o frango orgânico, que teve taxas de crescimento de 135% nos últimos dois anos.

Na Itália, num período de três anos, o número de agricultores passou de 4 mil para 15 mil, assim como o número de companhias processadoras: de 47 para 506. Em 1998, a produção italiana já era de cerca de US$ 2 bilhões. Atualmente a Itália é o primeiro país da Europa em termos de área total com agricultura orgânica, seguida pela Alemanha.

A Alemanha foi o primeiro país do mundo a criar um organismo para inspeção e controle da produção orgânica e hoje o mercado alemão de produtos orgânicos é considerado um dos mais importantes da Europa. Em 1998, foram contabilizadas cerca de 6.786 unidades de produção (1,9% de sua área total).

A Áustria é o país da União Européia com o maior percentual de agricultores orgânicos (8%) e também possui a maior área orgânica proporcionalmente cultivada (10,1%). Em algumas regiões do país, como Salzbourg e Tyrol, 50% dos agricultores já são orgânicos.

Nos Estados Unidos, os produtores orgânicos certificados produzem principalmente cereais, com destaque para soja e trigo. O desenvolvimento da agricultura orgânica americana tem sido comparado ao da Europa, assistindo um volume de venda próximo dos U$5 bilhões anuais. Segundo dados da Organic Farming Research Fundation (Fundação de Pesquisa em Agricultura Orgânica), aproximadamente 1% do mercado americano de alimentos é proveniente de métodos orgânicos de produção. Em 1996, isso representava em torno de U$ 3,5 bilhões em vendas. Nos últimos anos a venda de produtos orgânicos vem crescendo em até 20% ao ano.

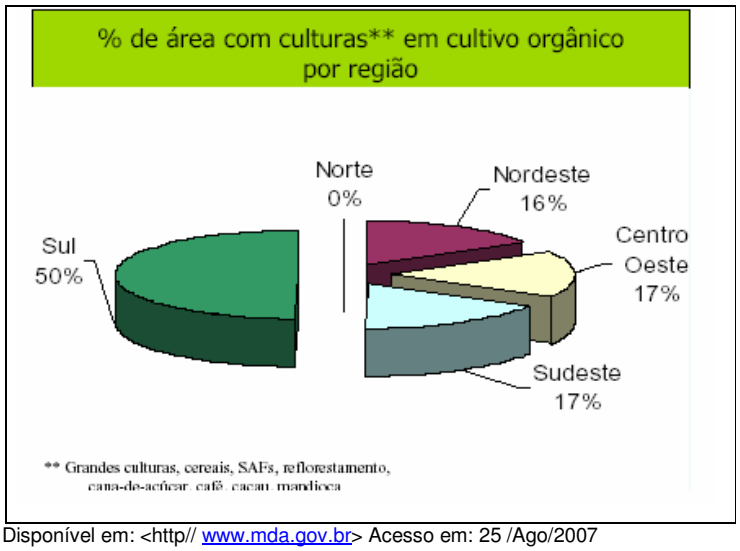
No ano 2000 a área de agricultura orgânica na Argentina já chegava a 380 mil hectares. Deste total, 28% eram destinados à produção vegetal e 72%, à produção animal. Estima-se que o volume exportado foi de aproximadamente 10 mil toneladas, sendo a maior parte dos produtos vendida para Europa, Estados Unidos e Japão.

1.3.2 - O CULTIVO DOS ORGÂNICOS NO BRASIL

A agricultura e criações de subsistência no Brasil com técnicas naturais sempre existiram. As primeiras tentativas de cultivo com uma filosofia orgânica

aconteceram no interior de São Paulo no início dos anos 1970, segundo o professor, pesquisador e agrônomo Moacir Roberto Darolt.

Figura 05 - Distribuição das porcentagens de áreas de cultivo orgânico no Brasil



Disponível em: <http// www.mda.gov.br> Acesso em: 25 /Ago/2007

Na década seguinte foram fundadas as primeiras associações e instituições do setor, sendo também realizados quatro Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa. Em 1992 acontece a 9ª Conferência Científica da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), em São Paulo. Em 1994, o governo monta o CNPOrg - Comitê Nacional de Produtos Orgânicos -, órgão do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, para definir a legislação. Reportam-se a ele os CNPOrgs de cada estado, que devem fiscalizar e autorizar as instituições a certificar os alimentos com seus selos.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, até 2004, o Brasil ocupava a 34ª colocação na classificação entre os maiores produtores mundiais de orgânicos. Para a Coordenação de Agroecologia do Ministério, a mudança na posição e o salto significativo se deram por conta da inclusão do extrativismo sustentável orgânico, dentro da área da agricultura orgânica brasileira, sendo que na última década foi assistido um crescimento de 50% nas vendas por ano. Calcula-se que já estão sendo cultivados perto de 100 mil hectares em cerca de 4.500 unidades de produção orgânica espalhadas por todo o país. A maior parte da

produção brasileira (cerca de 70%) encontra-se nos estados do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo.

Dentre as principais culturas cultivadas no Brasil encontramos:

Frutíferas: goiaba, mamão, manga, maracujá, banana, uva, morango e citrus.
Olerícolas: alface, couve, tomate, cenoura, agrião, berinjela.
Culturas: arroz, soja, milho, trigo, mandioca, café, cacau e cana-de-açúcar.
Produção Animal: carne (bovino e suínos), aves, leite, ovos, peixes e mel.
Extrativismo: palmito, castanha do Brasil, castanha de caju, açaí, babaçu.

CAPÍTULO 2

2. - A PROPRIEDADE AGROECOLÓGICA E SEUS DESAFIOS

Ao comprar produtos orgânicos, os consumidores apesar de não sentirem ou terem consciência da sua ação benéfica para o meio ambiente, estão na verdade adquirindo, um conjunto de dois produtos: os alimentos em si e um produto ambiental (a proteção/regeneração do meio ambiente). E esse produto ambiental que parece abstrato à primeira vista, que apesar de adquirido, não é consumido fisicamente por quem o adquire, mas pode até ser quantificado e valorado. Basta que sejam medidas nos estabelecimentos agrícolas, a melhoria da qualidade da água, a intensificação da vida microbiológica do solo, o aumento da biodiversidade, o retorno dos pássaros e outros pequenos animais ao espaço agrícolas, apesar de eventuais pequenos prejuízos que possam causar às atividades agrícolas no curto prazo.

Por outro lado, no longo prazo, os métodos orgânicos de produção, ao equilibrar o meio ambiente e trabalhar de modo harmônico e convergente em relação ao tempo, ritmo, ciclos e limites da natureza, tende a reduzir substancialmente seus custos, podendo até mesmo competir com o agroquímico em termos de produtividade e resultados econômicos, sem, entretanto apresentar os aspectos negativos já conhecidos desse sistema de produção.

O agricultor orgânico, que considera a volta do homem ao estado natural onde o homem passa a respeitar os limites imposto observa-a, e está sempre apreendendo com ela, respeita seu tempo, suas limitações de solo, água, clima, etc. Percebe as inter-relações que existem entre todos os elementos que compõem o meio ambiente. Enfrentando as dificuldades, impostas pelos limites naturais e éticos em relação a esse processo de produção, este agricultor, com satisfação e acreditando na proposta, procura produzir economicamente, mas acompanhando e respeitando o ritmo natural atuando e procurando encontrar um máximo de equilíbrio com a mesma.

Durante visita realizada no sítio agroecológico, entrevistamos o proprietário, que relatou a importância de cultivar produtos orgânicos em sua propriedade. O produtor mora na região desde de 1965, quando seu pai comprou um lote de um

colono pertencente a CAND, desde dessa época sua família começou a plantar café na propriedade chegando a ter cinqüenta mil pés de café nesse período os compradores de café vinham buscar a produção nas “tulhas”, segundo ele já era garantida a venda do produto antes de terminar a colheita o que era garantia de lucro o que possibilitou o produtor a adquirir as propriedades ao redor do seu lote, hoje ele e proprietário de 30 alqueires.

Ele relatou que sempre trabalhou na lavoura, e o que mais gosta de fazer é plantar e cuidar da terra. Há mais de uma década passou a cultivar produtos orgânicos, depois de uma intoxicação que quase o levou a morte, quando pulverizava com agrotóxicos sua plantação de café. Logo teve a consciência de que algo estava errado, pois os pesticidas quase o mataram, o que o fez refletir sobre o risco das pessoas se alimentarem desses produtos.

Assim o agricultor começou uma nova fase em sua propriedade, passou a eliminar completamente os produtos químicos, diversificando sua plantação com experimentos em produtos orgânicos, que buscavam com os antigos ou em cursos técnicos.

No início apenas a plantação de café, em seguida feijão, milho e mandioca, cana -de -açúcar (figura 07) enfim todos os produtos estavam livres dos agrotóxicos. Ele iniciava o processo de conversão de sua propriedade que hoje e mantida por ele e seus dois filhos que resistiram ao êxodo rural. Além da plantação de orgânicos na propriedade há a criação de gado leiteiro no qual gera uma renda mensal fixa, o que garante o sustento da família, pois a produção orgânica nem sempre viabiliza recurso para manter a propriedade sendo essa a principal dificuldade encontrada por todos os produtores orgânicos, no qual visitamos para a realização desta pesquisa.

Figura 06- Plantio de cana agroecológica em pequena propriedade

Foto: João Batista Alves de Souza Agosto/2007

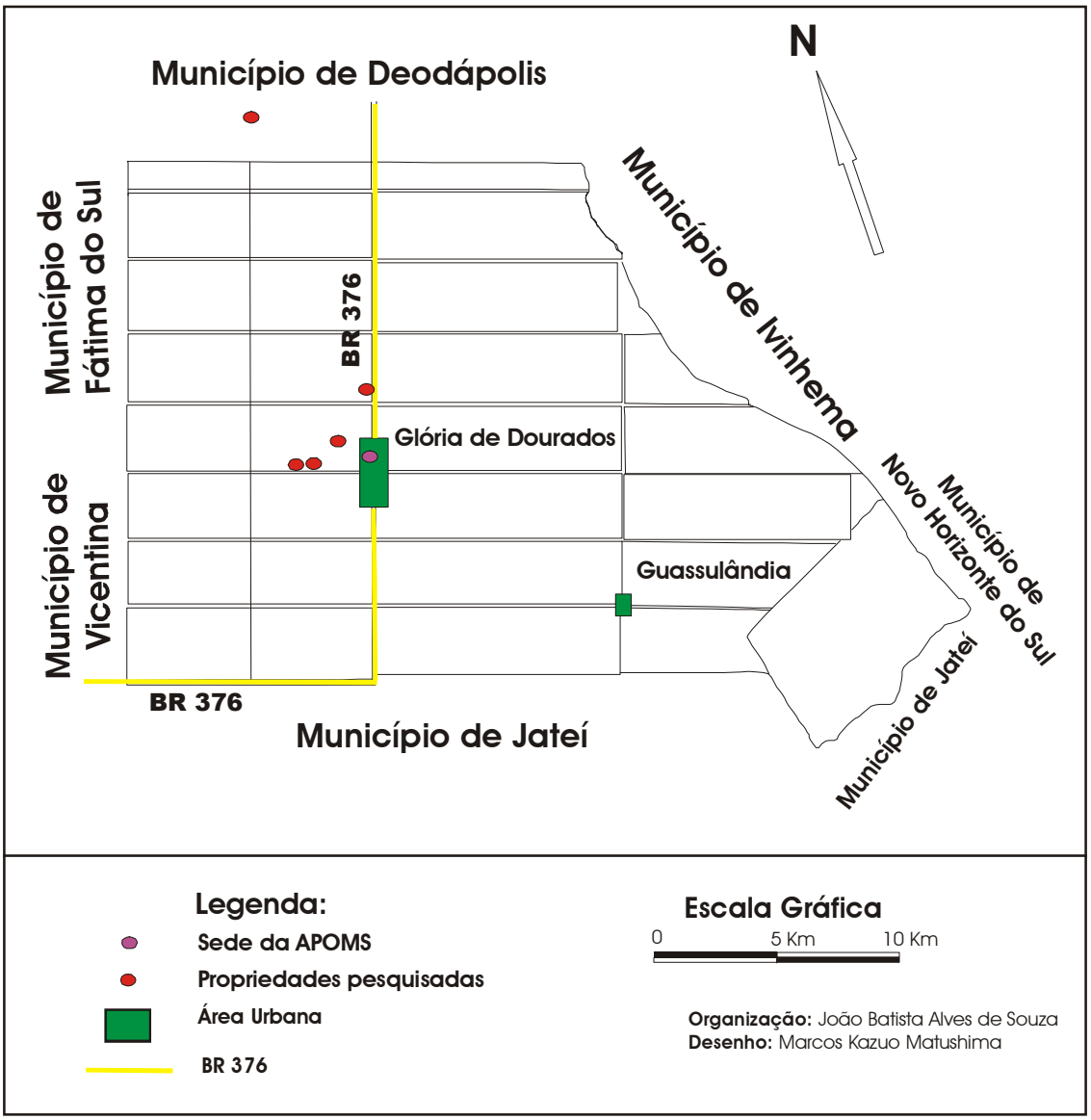
Em 2003 houve a primeira safra de café orgânico boa qualidade nas propriedades, mas o preço estava abaixo da média segundo o produtor o mercado interno não consome muito café orgânico, além disso, as processadoras já estavam abastecidas com café convencional. Assim a associação sofria sua primeira crise e alguns produtores desistiram de cultivar o café orgânico voltando assim para o sistema convencional.

Segundo o produtor entrevistado, a maior dificuldade na produção agroecológica e a sua comercialização, em sua frase bem elaborada coloca, “plantar é fácil, difícil é levar adiante no mercado’’, ou seja, há grande dificuldade de concorrer com os produtos convencionais. Ele já chegou a ficar por mais de um ano com 150 sacas de café orgânico na tulha sem conseguir vender e acabou vendendo pela metade do preço.

No município de Glória de Dourados, onde está localizada a sede da Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul – APOMS, que tem como estrutura a formação de redes agroecológicas (figura 12) nas quais fazem parte 12 pequenos agricultores que tem lutado para manter sua produção orgânica e aumentar o numero de associados na produção orgânica.

A produção orgânica vem ganhando espaços de mercado e respeito dos consumidores deste produto tão seleto, e neste processo alguns órgãos e fomento vem procurando a APOMS, para fazer um convenio de cooperação com destaque o SEBRAE . No dia 28 de agosto de 2007 foi assinado o Termo de Compromisso para a implantação do projeto piloto de Comércio Justo e Solidário para o fortalecimento da produção de café e açúcar mascavo da APOMS- Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul. O objetivo deste termo é colocar em prática o plano de ação elaborado pela Embrapa, UEMS, Uniderp, SFA/MS, Agraer e Sebrae/MS e a própria APOMS, Este projeto visa viabilizar a comercialização dos produtos com preço justo e estabelecer uma parceria equilibrada com vistas ao mercado de Mato Grosso do Sul, além de incrementar a produção através de assistência técnica e extensão rural, capacitar e desenvolver as habilidades gerenciais e empreendedoras dos agricultores, através de ações para captação de recursos.

Figura 07-Mapa da Localização das propriedades visitadas durante a pesquisa



2.1 - A CONVERSÃO OU TRANSIÇÃO DAS PROPRIEDADES

Tal como o termo orgânico, o termo "conversão" também não possui unanimidade quanto ao seu significado. Na realidade os dois termos, "conversão" e "transição", são utilizados, às vezes como sinônimos, às vezes, como coisas diferentes.

Podem significar indistintamente, o processo de mudança de sistemas de produção convencional para orgânico, como o período de "quarentena" exigido pela

legislação após o final da utilização de insumos não permitidos pelas normas até o produto poder ser vendido legalmente com o selo "orgânico". Este período, segundo a IN 007 de 17de maio de 1999, é de doze meses para produção vegetal anual e de pastagem perene, e de dezoito meses para produção vegetal perene (Ministério da Agricultura, 1999).

Para Gueteres (2006), transição é o termo usualmente utilizado para denominar o processo de mudança do sistema convencional para o sistema de produção orgânico, e envolve vários aspectos, sejam eles culturais, técnicos, educacionais, normativos, ou mesmo de mercado, de forma que se considera que a conversão para agricultura orgânica é o processo de mudar, a cada dia, a forma de pensar e trabalhar na agricultura.

> O período de conversão não deve ser entendido apenas como uma "quarentena" para eliminação de resíduos de agrotóxicos, mas como um período necessário para a reorganização, sedimentação e maturação dos novos conhecimentos, aliado a uma ativa “ressituação” dos agricultores e do ambiente” (GUETERES 2006 p 25)

Figura 08 - Propriedade em fase de transição do processo convencional para o processo de agricultura orgânica.

Foto: João Batista Alves de Souza
Agosto/2007

A metodologia da transição agroecologia para esse autor deve seguir, alguns elementos como a iniciação de um planejamento de ações, uma metodologia que sugere relações de co responsabilidade entre os agricultores e seus assessores, fortalecer iniciativas educacionais apropriadas, baseadas na Pedagogia da Alternância.

O tempo necessário para conversão, no entanto, bem como as dificuldades a serem observadas neste processo, dependera ainda do grau de adoção anterior, por parte do agricultor, de práticas convencionais, do período em que isto ocorreu e da intensidade com que estas afetaram as bases de produção até o início do processo de conversão.

Neste trabalho, o termo "conversão" tem como significado todo o processo de partir de sistemas de produção convencionais para atingir outros que funcionem como um agroecossistema harmônico e integrado, com os diversos subsistemas funcionando de maneira complementar, sendo a sua qualificação para a obtenção do certificado de "produto orgânico" apenas uma etapa do processo.

2.2 - MARCOS LEGAIS DA AGRICULTURA ORGÂNICA

A história da produção orgânica tem sua origem na Índia na década de 1920 com a obra Um Testamento Agrícola, de 1940 (ORMOND et al. 2002) do pesquisador inglês Albert Howard. Na França a agroecologia foi disseminada por Claude Aubert. Na Alemanha em 1924, Rudolf Steiner lançou as bases da agricultura biodinâmica que busca harmonia e o equilíbrio da unidade produtiva.

Na década de 1930 os orgânicos são comercializados com uma marca registrada “Demeter” por iniciativa da Cooperativa Agrícola Demeter. Já em 1935 no Japão Mokiti Okada define uma filosofia na qual existe “espírito e sentimento” em todos os seres vivos a chamada agricultura natural, Okada diferentemente dos outros pesquisadores acrescenta um aspecto religioso ao movimento.

Na década de 1940 o movimento biodinâmico se difundiu principalmente pelas províncias orientais e na Alemanha Central. Os Institutos de Pesquisas

Biodinâmicas pesquisavam-se questões sobre compostagem, ensilagem, a relação entre o meio, fertilidade e qualidade dos produtos e sobre os preparos biodinâmicos.Outro nome que merece destaque a favor da produção orgânica é Lady Eve Balfou fundador da Soil Association na década de 1940.

A partir de 1970, Bill Mollison difundiu o conceito de permacultura na Austrália sendo um modelo de agricultura integrada com o ambiente. O uso de informações sobre a direção do sol e dos ventos para determinar a disposição espacial das plantas é o que diferencia essa corrente das demais (ORMOND et. AL, 2002).

Para a IFOAM, (Internacional Fedaration of Organic Agriculture Movimentes) a agricultura orgânica engloba todos os sistemas agrícolas que promovam a produção de alimentos e fibras de maneira saudável do ponto de vista ambiental, econômico e social. As normas adotadas pela IFOAM subsidiaram a elaboração da legislação que hoje vigora na União Européia Estados Unidos e outros países que apresentam regulamentação para produtos orgânicos.A instituição criou um programa Internacional de Credenciamento (IOAS) órgão independente sem fins lucrativos.

2.3 - AGRICULTURA ORGÂNICA

Originariamente o conceito de agricultura orgânica define o solo como um sistema vivo, que deve ser "nutrido" de modo que não restrinja as atividades de organismos benéficos necessários à reciclagem de nutrientes e produção de húmus (USDA, 1984). Partindo do enfoque holístico, o manejo da unidade de produção agrícola visa promover a agrobiodiversidade e os ciclos biológicos, procurando a sustentabilidade social, ambiental e econômica da unidade, no tempo e no espaço . O termo orgânico é caracterizado como originário da Ásia e significando que todas as atividades da fazenda (olericultura, fruticultura, criações, etc.) seriam partes de um corpo dinâmico, interagindo entre si .

Por isto, parte do princípio de estabelecer sistemas de produção com base em um conjunto de procedimentos que envolvam a planta, o solo e as condições climáticas, tendo como objetivo a produção de um alimento sadio e com suas características e sabor originais.

O crescimento da demanda, criando preços diferenciados para os produtos, o aumento do mercado, criando a impessoalidade nas relações entre produtor e consumidor, exigiram novos mecanismos de garantia de qualidade, levando ao surgimento de selos de garantia, inicialmente fornecidos por entidades não governamentais.

Atualmente em nível mundial a agricultura orgânica está sendo normatizada por acordos internacionais (Codex Alimentarius) e por legislações nacionais (Fonseca, 2000). No caso brasileiro tem-se hoje a Instrução Normativa (IN) n° 007/99 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, publicada pelo Diário Oficial da União em 17 de maio de 1999 (Ministério da Agricultura, 1999), passo inicial para uma legislação mínima que regule a produção e beneficiamento de produtos orgânicos no país. Esta legislação tem sido buscada no âmbito do Órgão Colegiado Nacional de Produtos Orgânicos, nomeado pela Portaria nº 42/00, da Secretaria de Defesa Agropecuária do mesmo Ministério .

Neste caso, os padrões orgânicos estipulam a proibição do uso de alguns insumos e ditam uma gama de práticas a serem seguidas. Estes padrões se justificam a partir do distanciamento entre produtor e consumidor em relação ao mercado, determinando a necessidade de implementação de normas claras para a produção e beneficiamento de produtos orgânicos (Fonseca, 2000).

Diante da existência da normatização oficial para produção orgânica, as outras diferentes correntes de produção alternativas, apesar de possuírem normas próprias, estão incorporando as normas mínimas dos sistemas de produção orgânicos, mantendo suas próprias restrições e características, com o objetivo de obterem o credenciamento oficial. Se originalmente os produtores que adotavam os sistemas de produção alternativos o faziam por convicção pessoal e preocupação com a o meio ambiente e a saúde, a existência de um sobre preço ou prêmio na comercialização dos produtos certificados vem atraindo muitos empreendedores que visam apenas ao lucro imediato, sem muitas preocupações ambientais.

Assim surge uma nova interpretação do conceito de agricultura orgânica, para o qual basta atender as normas mínimas da legislação para passar a ter direito ao selo de qualidade, o que equivale a uma simples substituição dos insumos convencionais por insumos orgânicos ou biológicos, mantendo a mesma lógica dos sistemas convencionais. Para estes, o termo orgânico é interpretado como proveniente de “insumos orgânicos”.

Por isso, no processo de conversão de unidades produtivas convencionais em unidades de produção orgânica, deve-se levar em conta, além da existência de características especificas das diferentes correntes filosóficas, às quais os diferentes organismos certificadores estão vinculados, essas duas interpretações do conceito "orgânico" existentes entre os agricultores em busca de conversão, pois a interpretação dada pelo produtor ao "orgânico" irá influir de maneira determinante na maneira de adoção das propostas tecnológicas apresentadas e no sucesso da estratégia a ser implementada.

2.4 - CERTIFICAÇÃO DOS ORGÂNICOS: GARANTIA DE QUALIDADE

A garantia dos alimentos orgânicos se dá através de selos assinados por associações de agricultores orgânicos, que inspecionam as etapas da produção e a qualidade dos alimentos com muito rigor. Os selos proporcionam ao consumidor saber se um determinado alimento é ou não orgânico. Visualmente, não é tão fácil identificar os orgânicos, uma vez que as diferenças consistem em serem geralmente menores e menos bonitos que alguns alimentos encontrados em feiras e supermercados. Além de assegurar ao consumidor que está comprando um alimento isento de contaminação química, o selo de certificação garante que o produto é resultado de uma agricultura capaz de preservar o ambiente natural, a qualidade nutricional e biológica dos alimentos e a qualidade de vida para quem vive no campo e nas cidades. Ou seja, o selo de orgânico é o símbolo de processos mais ecológicos de se plantar, cultivar e colher alimentos.

Entre as vantagens da certificação está o fato de tornar a produção orgânica tecnicamente mais eficiente, a medida em que exige planejamento e documentação criteriosos por parte do produtor. Outra vantagem é a promoção e a divulgação dos princípios norteadores da Agricultura Orgânica na sociedade, colaborando, assim, para o crescimento do interesse pelo consumo de alimentos orgânicos.

Aqui estão os principais selos de certificação, que garantem ao consumidor a certeza de estar levando para casa produtos orgânicos.

Figura 09 - Principais Selos de Certificação dos Produtos Orgânicos no Brasil

Disponível em: http//:www.planetaorganico.com.br Acesso em: 12/Ago/2007.

Por fim, é importante ressaltar que a certificação é uma poderosa estratégia de construção da cidadania, pois mobiliza tanto as comunidades regionais como a sociedade para a produção e consumo de alimentos mais saudáveis e harmonizados com as atuais necessidades de conservação do meio ambiente. No Brasil os principais selos de certificação são: AAO - Associação dos Agricultores Orgânicos, ABIO - Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, ANC - Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região, Coolmeia Cooperativa Ecológica, IBD - Instituto Biodinâmico e MOA - Fundação Mokiti Okada.

O crescimento expressivo da participação da agricultura orgânica no mercado nacional e internacional, e a exigência do cumprimento dos padrões mínimos de produção têm pressionado os produtores na busca de tecnologias para o manejo agropecuário orgânico.

É fato que a base de nossa saúde está na alimentação e que uma dieta rica em verduras, legumes e frutas é quase uma garantia de uma boa qualidade de vida. As dúvidas começam a surgir quando, na era do agrotóxico, questionamos a procedência desses alimentos e o modo artificial como foram produzidos. Infelizmente, hoje vale tudo em nome do aumento da produtividade e do lucro. Com isso, surgem as perguntas: será que quando comemos uma verdura, por exemplo, estamos realmente comendo algo natural? Qual é a segurança que temos para afirmar que uma salada crua é mais natural e saudável que legumes cozidos?

A resposta a esse tipo de indagação vem com o que chamamos de alimentos orgânicos aqueles cultivados sem fertilizantes químicos ou agrotóxicos. Os orgânicos dizem respeito a qualidade do processamento do alimento, incluindo a qualidade do solo onde ele é plantado.

Todo alimento orgânico é muito mais que um produto sem agrotóxicos. A filosofia orgânica nasce do resultado de um sistema de produção agrícola que busca manejar de forma equilibrada o solo e demais recursos naturais (água, plantas, animais, insetos, etc). O objetivo é buscar a conservação do meio ambiente mantendo a harmonia desses elementos entre si e com os seres humanos.

São elas:

- Cultivo natural: é proibido o uso de agrotóxicos, adubos químicos e artificiais e conservantes no processo de produção.
- Equilíbrio ecológico: A produção respeita o equilíbrio microbiológico do solo. O processo fica mais sustentável, não degradando a biodiversidade.
- Respeito ao homem: o trabalhador tem que ser respeitado (leis trabalhistas, ganho por produtividade, treinamento profissional e qualidade de vida).

Para se obter um alimento verdadeiramente orgânico, é necessário administrar conhecimentos de diversas ciências (agronomia, ecologia, sociologia, economia, entre outras). Assim, o agricultor, através de um trabalho harmonizado com a natureza, tem condições de oferecer ao consumidor alimentos que promovam não apenas a saúde deste último, mas também do planeta em que vivemos.

2.5 - PRODUÇÃO ORGÂNICA X PRODUTO ORGÂNICO

O produto orgânico é cultivado sem o uso de adubos químicos ou agrotóxicos. É um produto limpo, saudável, que provém de um sistema de cultivo que observa as leis da natureza e todo o manejo agrícola está baseado no respeito ao meio ambiente e na preservação dos recursos naturais.

O solo é a base do trabalho orgânico. Vários resíduos são reintegrados ao solo; esterco, restos de verduras, folhas, aparas, etc., são devolvidos aos canteiros para que sejam decompostos e transformados em nutrientes para as plantas. Essa

fertilização ativará a vida no solo; os microorganismos além de transformar a matéria orgânica em alimento para as plantas, tornarão a terra porosa, solta, permeável à água e ao ar. O grande valor da horticultura orgânica é promover permanentemente o melhoramento do solo. Ao invés de mero suporte para a planta, o solo será sua fonte de nutrição.

O produto orgânico é cultivado sem o uso de adubos químicos ou agrotóxicos. É um produto limpo, saudável, que provém de um sistema de cultivo que observa as leis da natureza e todo o manejo agrícola está baseado no respeito ao meio ambiente e na preservação dos recursos naturais.

O solo é a base do trabalho orgânico. Vários resíduos são reintegrados ao solo; esterco, restos de verduras, folhas, aparas, etc., são devolvidos aos canteiros para que sejam decompostos e transformados em nutrientes para as plantas. Essa fertilização ativará a vida no solo; os microorganismos além de transformar a matéria orgânica em alimento para as plantas, tornarão a terra porosa, solta, permeável à água e ao ar.

Assim o grande valor da horticultura orgânica é promover permanentemente o melhoramento do solo. Ao invés de mero suporte para a planta, o solo será sua fonte de nutrição.

2.6 - O ALIMENTO ORGÂNICO

Mais do que um meio de produção deferente, esse tipo de agricultura é uma filosofia. Começou em 1940, quando o botânico Albert Howard (1873-1947) sugeriu que as lavouras deveriam ser tratadas como florestas, como “organismos” capazes de se sustentar sem a química. Ali, então, os fertilizantes de laboratório cedem lugar a adubos como esterco e restos de vegetação. Os dois são fontes naturais daqueles nutrientes básicos, só que bem menos concentrados que os fertilizantes químicos - por isso, alias, a agricultura orgânica não produz vegetais tão grandes quanto os da convencional.

No lugar de pesticidas sintéticos entram seres vivos – vespas para combater insetos comedores de cana, joaninhas contra pulgões de hortaliças , por exemplo. Mais a rotação de culturas também serve como “pesticida” ali. Se você reveza uma plantação de milho com uma de legumes, por exemplo, não deixa nem as pragas que gostam de milho nem que preferem legumes dominar a lavoura, mas não fica

nisso, para ter mais produtividade, a agricultura orgânica também usa pesticidas menos “verdes”, como enxofre e inseticida a base de plantas. A diferença é que eles devem ter origem natural e não causar problemas á saúde ou ao meio ambiente, mas há controvérsias.

Figura 10 - Cesta Artesanal de café orgânico pronto para a comercialização

Foto: João Batista Alves de Souza Agosto/2007

2.7 - O CONSUMIDOR ORGÂNICO

É aquele conscientizado e informado, esse cliente sabe bem o que quer e faz suas compras com atenção e cuidado. Olha o rótulo do produto, verifica se tem algum selo de certificação, quer saber a origem do produto, como foi produzido e quer garantias. É o tipo de consumidor que questiona a ausência na industria, de embalagens degradáveis para os produtos orgânicos. Procura fugir da alimentação industrializada e de produtos que tenham resíduos químicos.

O consumidor que quer se iniciar em um novo estilo de vida e de consumo: procura se informar e sabe que o padrão de sua alimentação pode melhorar em qualidade. compra o produto orgânico, pela recomendação de outras pessoas que já

o conhecem, pois está acostumada a consumir apenas as marcas tradicionais do mercado.

Nessa mesma categoria, estão aqueles que buscam um novo estilo de consumo por razões de doença ou intoxicação. Procuram melhorar a qualidade de sua alimentação, orientados por médicos e nutricionistas.

Figura 11 - Barraca de produtos orgânicos na Feira do Produtor no Município de Glória de Dourados.

Foto: João Batista Alves de Souza Agosto/2007

Hoje, quem indica as substancias que podem entrar nessa lavoura é a Federação Internacional de Agricultura Orgânica, com sede em Bonn, na Alemanha. Mas as regras que ela define não são universais: Cada lugar se regula como quiser. E aí vem alguns conflitos, nos EUA por exemplo, o governo deixa os cultivadores de orgânicos utilizarem um mineral denominado nitrato chileno, é um fertilizante 100% natural, só que na Europa foi considerado tão nocivo ao meio ambiente quanto o artificiais e acabou sendo banido.

Já o Brasil só vai ter uma lei federal para reger seus orgânicos em 2007, por enquanto, quem dita os parâmetros são entidades privadas, guiadas pelo padrão de exigências mais alto que existente em cada caso, sendo o IBD – Instituto Biodinâmico Bellocq a maior dessas entidades, a idéia é manter assim portas abertas nesses dois mercados.

Não é a toa, as vendas mundiais desses alimentos cresceram 20% ao não nesta década e a área dedicada a agricultura orgânica no mundo quadruplicou.

Até bem poucos tempo marginalizadas, as diferentes correntes da então chamada Agricultura Alternativa (Agricultura Orgânica; Biodinâmica, Biológica, Natural, estão conquistando espaços no mercado sob a denominação genérica de Agricultura Orgânica. Assim, está surgindo uma forte demanda para o desenvolvimento de processos de conversão de sistemas convencionais para sistemas orgânicos. No entanto, devido à entrada, para o sistema, de muitas pessoas sem uma maior vivência com o tema, é necessário definir alguns termos a serem empregados neste texto.

CAPÍTULO 3

3 - BREVE HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE MATO GROSSO DO SUL (APOMS)

A Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) foi fundada em setembro de 2000, com então 26 associados, sendo formalizada como associação através da elaboração de um estatuto próprio. Na formalização do estatuto, a associação contava com associados de segmentos da sociedade que contribuíram em sua estruturação.

A associação conta atualmente com produtores em vários estágios de conscientização quanto as mudanças, principalmente em relação a agricultura, necessárias para adentrar ao novo modo de produção.

Inicialmente esta formação teve início em 1997 com um grupo de 40 cafeicultores. Desses, apenas 14 se organizaram em um pequeno grupo de apoio à cafeicultura no município de Glória de Dourados, realizando, viagens para outros estados, estudando e conhecendo os problemas da cafeicultura. Esse grupo começou a discutir as ações para a formação de uma associação. Surgia assim o embrião do que é hoje a APOMS (figura 12).

Neste período os produtores iniciaram o processo de conversão das propriedades, e só descobriram os procedimentos adequados da produção orgânica após uma visita técnica ao município de Machado-MG. A partir desse encontro, apenas 12 produtores se reuniram e começaram a estudar técnicas de produção orgânica através de cursos, treinamentos e viagens técnicas ao sul do país onde se concentra o maior número de propriedades orgânicas no Brasil.

Foram dois anos de ensaio até a formalização da associação, que estava voltada a um único objetivo: a consolidação da associação de produtores orgânicos de Mato Grosso do Sul, que foi instituída no dia 09 de setembro de 2000, e tem sua sede no município de Glória de Dourados. Em 2003 foi criada na associação uma divisão especializada para a cultura do café, já que a cultura do café foi primordial para a criação da associação.

Somente em 2004 os produtores vão se adequar ao estatuto da APOMS e propiciar que produtores de outros municípios ingressem na associação, formando assim uma rede agroecológica no estado de Mato Grosso do Sul.

Objetivos da APOMS:

-Construir arranjos economicamente viáveis, social e culturalmente justos.

-Criar incentivos aos laços de solidariedade na cadeia produtiva.

-Incentivar os processos educativos em escolas e na sociedade em geral.

-Aproximar o produtor ao consumidor.

Principais dificuldades enfrentadas pela APOMS:

Durante esses anos a associação tem encontrado grandes dificuldades em sua trajetória apontaremos aqui as principais:

Informações – (tecnologias alternativas) pesquisas e laboratórios pesquisas.

Mudança cultural – (produtor e consumidor) mudança na mentalidade do produtor em relação à conversão da propriedade.

Falta de técnicos capacitados dentro do estado, para assistência técnica e pesquisa na área agroecológica.

Falta de apoio governamental no processo agroecológico, desde o plantio, comercialização e financiamento.

Organização dos produtores – faltam recursos para proporcionar um maior dinamismo no desenvolvimento da agroecologia.

Comercialização (Construção de canais alternativos), custo elevado e demasiada burocracia na certificação por auditoria externa.

Projeto piloto de Comércio Justo e Solidário APOMS/SEBRAE

No inicio de 2007 a APOMS manteve contato com o SEBRAE onde vem Disseminando o conceito de Comércio Justo e Solidário para a sociedade

A adequação do produto e do produtor conforme normas do Comércio Justo e Solidário vem estabelecendo novas perspectivas nos agricultores: constituir um sistema de certificação interna em Mato Grosso do Sul, intensificar a participação dos produtores em feiras e exposições além disso expandir mercados ou seja criar um mercado para cada núcleo facilitando a comercialização do produto.

Buscar diferenciação de tratamento quanto à política fiscal e benefícios de isenção e /ou redução de tributos aos produtos do Comércio Justo e Solidário. Assim

a APOMS passa almejar novos caminhos e metas a serem alcançadas a partir dessa parceria.

Principais Metas:

Melhoria da qualidade de vida dos associados e seus parceiros.

Difusão da filosofia Agroecológica.

Difusão da Filosofia do Comércio Justo e Solidário.

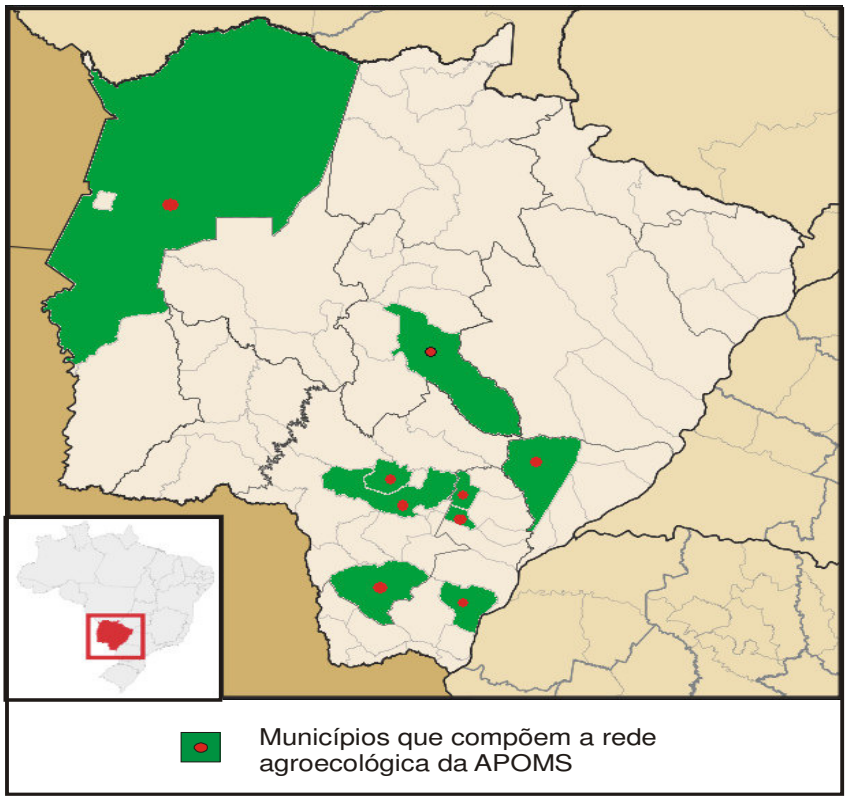
Sistemas Participativos de Garantias.

Levantar demandas de pesquisas.

Agregação de novos produtores orgânicos.

Processamento e comercialização final do café orgânico.

Figura 12- Municípios que compõem a rede agroecológica da APOMS



Fonte: http://www.wikipedia.org/wiki/imagem:matogrossodosul

Organização: João Batista Alves de Souza

Dessa forma os produtores da associação buscam a certificação participativa em rede, como alternativa eficaz para sair da dependência das auditorias externas para isso a parceira com o SEBRAE se consolida essa meta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se nesta pesquisa demonstrar que a agricultura orgânica se apresenta como alternativa no processo de produção capitalista. Neste sentido devemos destacar que a produção orgânica não pode ser entendida como a solução para todos os problemas existentes na sociedade, bem como para o combate a fome e o fim da desigualdade social.

Percebe-se que uma das propostas desse sistema de produção é a manutenção do pequeno agricultor no campo, apesar das dificuldades enfrentadas na busca em se adequar ao modelo econômico vigente, procurando assim alternativas de renda na própria propriedade. Em outras palavras, podemos dizer que a produção orgânica requer do agricultor um vínculo direto com a propriedade, inserindo-o num contexto direto homem x natureza sem fragmentar suas ações.

Assim, esse processo de produção enfrenta dificuldades no mercado, pois os produtos orgânicos são consumidos por um restrito grupo de consumidores e os produtores sofrem as conseqüências da falta de estrutura para distribuir e comercializar sua produção.

Neste sentido, entidades como universidades, prefeituras e o próprio SEBRAE têm um papel importante na configuração do mercado de orgânicos no território da Grande Dourados. Através de parcerias com a APOMS se configura a rede agroecológica, que facilitará a certificação e comercialização dos produtos. A APOMS, através dos seus núcleos distribuídos no estado de Mato Grosso do Sul tem estruturado a rede agroecológica, participando de eventos nacionais, feiras, viagens e capacitações dos agricultores, seguindo o tripé do ambientalmente sustentável, socialmente justo e economicamente viável.

Dessa forma os pequenos produtores orgânicos do município de Glória de Dourados se organizaram numa prática agrícola, que compete diretamente com as práticas altamente industrializadas. Podemos citar nesse contexto a introdução das usinas sulcro alcooleiras que concorrem diretamente com o açúcar mascavo orgânico produzido nas pequenas propriedades do município.

Apesar desses desafios, a APOMS em parceria com o SEBRAE, tem articulado seu espaço no mercado regional, porém sabemos que esses desafios estão vinculados à própria história da APOMS e se apresentam de forma

equivalente no momento em que os produtores partem para a comercialização de seus produtos.

Contudo, a formação da APOMS e seus contatos com entidades e órgãos públicos tais como AGRAER, SEBRAE, MDA, UEMS, prefeituras não viabilizaram a certificação dos produtos, encontrando assim grande dificuldades na entrada destes no mercado nacional, apesar de atender todas as exigências da legislação brasileira (lei 10.831, de 23/12/2003) que considera como sistema orgânico de produção todo aquele que adota técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais. Sabemos que os produtores seguem tal legislação, no entanto, ainda estão distantes da certificação de seus produtos.

Nas discussões apresentadas nesta pesquisa apontamos a resistência das pequenas propriedades agroecológicas frente ao agronegócio, apesar desses desafios esses territórios alternativos têm se destacado no processo das relações sócio-ambientais existentes no território da Grande Dourados.

BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**, Gaíba: Agropecuária, 2002.

ALTIERI, M.A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira**. Londrina. Ed. UEL. 1997.142 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022:** apresentação de artigos em publicações periódicas. Rio de Janeiro, 1994. 2p.

BIACHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso:** (1880-1940). Campo Grande. Ed. UFMS, 2000,264 p.

CAPORAL, Francisco Roberto & COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico, Agroecologia e desenvolvimento rural** Sostenible. Madrid. Ed, Mundi-Prensa, 2000.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. In: ETGES, V. E. (org). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão.** Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001.p.19-52.

CARVALHO, Marcos de. **O que é Natureza**. São Paulo, Brasiliense, 2003.243 p.

DIAS, Rogério Pereira. **Pró-Orgânico, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.**

DULLEY**,** Richard Domingues. **Ambiente e produção agrícola: principais paradigmas,** pg. 149 e 174. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2003

FEIDEN, Alberto**. Conversão de Sistema de Produção Convencionais para Sistemas de Produção Orgânicos**. EMBRAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.Dezembro/2001, DOC. Nº 139. Seropédica – RJ.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Normas de apresentação tabular. 3.ed.Rio de Janeiro: IBGE, 1993.62p.

GONZAGA, Ana. **Qual é a dos orgânicos**, Super Interessante, pg. 90 a 95, Novembro de 2006.

GUETERRES, Ivani. **Agroecologia Militante**: São Paulo. 1º ed. São Paulo Expressão Popular. 2006.184 p.

HAESBAERT, Rogério, **Territórios Alternativos**. Niterói, EDUFF: São Paulo. Contexto, 2002. 173p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios a multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.400.

LENOBLE, R. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969.367p.

MULTUANDO, Instituto Giramundo. **A Cartilha Agroecológica Botucatu**. Editora Criação LTDA. 2005. 88 p.

NBR 6023: informação e documentação: referencias: elaboração. Rio de Janeiro, 2002ª.24p.

NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003ª.3p.

NBR 6028: informações e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003b.2p.

NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002b.7p.

NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2006. 9.p.

ORMOND, José Geraldo et. Al. **Agricultura Orgânica: Quando o passado é futuro**. *BNDES Setorial*, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo. ATICA. 1993.269 p.

RAMOS, Jaqueline B**.** INSTITUTO AQUALUNG **– Alimentos Organicos**, Informativo n° 36 março/abril de 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo. Editora Hucitec. 1986.p.236.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org's). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1996, 3ª ed., p.15-20.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.100 p.

Sites:

DULLEY, R.D. (2002). **Oportunismo: um poderoso inimigo da agricultura orgânica**. Disponível em: http//:www.iea.sp.gov.br/oportuni.htm. acesso em: 15 de agosto 2007.

INSTITUTO BIODINÂMICO. **Diretrizes para o padrão de qualidade orgânico**. Disponível em: http: //www.ibd.com.br/arquivos/public/DiretrizesIBD2003.pdf. Acesso em 04 de Agosto de 2007.

Quem certifica? Disponível em: http://www.planetaorganico.com.br/qcertif.htm. Acesso em 16 Agosto. 2007.

Selo de qualidade. Disponível http://www.agriculturanatural.hpg.ig.com.br/selo.htm. Acesso em 04 de agosto. 2007.